



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27941 - PR (2021/0231260-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
IMPETRANTE : MUNICIPIO DE PORECATU
ADVOGADO : LIELTO VALÉRIO PADOVAN - PR057286
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado pelo MUNICIPIO DE PORECATU, apontando como ato coator decisão judicial oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sustenta deter direito líquido e certo a amparar a concessão da segurança, consistente na sua exclusão da relação dos entes inadimplentes com o pagamento de precatórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na dicção do art. 105, I, b, da Constituição Federal, o Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

Na esteira da jurisprudência desta Corte, referido dispositivo demanda interpretação restritiva, cumprindo ressaltar que, de acordo com o enunciado da Súmula n. 41, "o Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos."

No caso posto, o impetrante apresenta como ato coator decisão proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o que evidencia a incompetência absoluta desta Corte para conhecer da impetração.

Ante o exposto, com fundamento no art. 212 do RISTJ, **indefere-se liminarmente o mandado de segurança.**

Sem condenação em honorários (Súmula n. 105 do STJ).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência